



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS  
PRIMEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

<b>Processo nº</b>	16832.001095/2009-72
<b>Recurso nº</b>	999.999 Voluntário
<b>Acórdão nº</b>	<b>1401-001.318 – 4ª Câmara / 1ª Turma Ordinária</b>
<b>Sessão de Matéria</b>	25 de setembro de 2014
<b>Recorrente</b>	IRPJ
<b>Recorrida</b>	TRIAN COMERCIO DE FERRO LTDA EPP - ME FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ**

Ano-calendário: 2008

GARANTIA DE PRINCÍPIOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. AUSÊNCIA DE ANÁLISE. NULIDADE. FALHA DE REPRESENTAÇÃO. LIMITES PARA NÃO CONHECIMENTO DA IMPUGNAÇÃO.

Não se pode imputar como falha de representação processual a mera ausência de cópia autenticada da documentação de identificação oficial da procuradora da Recorrente.

Em respeito ao princípio da verdade material, o julgador deverá valorar as provas a ele apresentadas na impugnação, sempre buscando a verdade material dos fatos. Caso isso não seja feito, dever-se anular a decisão de 1ª instância.

Recurso provido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros da 1ª Turma Ordinária da 4ª Câmara da 1ª Seção do CARF, por unanimidade dar provimento ao recurso voluntário anular a decisão da DRJ, nos termos do relatório e voto que acompanham o presente julgado.

Jorge Celso Freire da Silva  
Presidente  
(assinado digitalmente)

Sergio Luiz Bezerra Presta  
Relator  
(assinado digitalmente)

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Jorge Celso Freira da Silva (presidente), Antônio Bezerra Neto, Fernando Luiz Gomes de Mattos, Alexandre Antônio Alkmim Teixeira, Maurício Pereira Faro e Sérgio Luiz Bezerra Presta (Relator).

## Relatório

Por bem descrever os fatos relativos ao contencioso, adoto parte do relato do órgão julgador de primeira instância administrativa constante do acórdão nº 12-51.630 proferido pela 5ª Turma da DRJ/Rio de Janeiro-RJ, constante das fls. 335 e segs, até aquela fase:

*"Trata o presente processo do auto de infração de fls. 81 a 149, lavrado pela DEFIS/RJO, no qual consta a exigência de:*

- *Imposto de renda da pessoa jurídica – IRPJ – SIMPLES, cód. 7104, no valor de R\$ 62.846,81, multa de ofício e juros de mora;*
- *Contribuição para o programa integração social – PIS – SIMPLES, cód. 7200, no valor de R\$ 62.846,81, multa de ofício e juros de mora;*
- *Contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL – SIMPLES, cód. 7307, no valor de R\$ 96.687,40, multa de ofício e juros de mora;*
- *Contribuição para financiamento da seguridade social – COFINS – SIMPLES, cód. 7403, no valor de R\$ 193.374,81, multa de ofício e juros de mora;*
- *Contribuição para a seguridade social – INSS – SIMPLES, cód. 7500, no valor de R\$ 405.990,54, multa de ofício e juros de mora; e*
- *Multa regulamentar – SIMPLES, cód. 6841, no valor de R\$ 2.794,50.*

*De acordo com a descrição dos fatos e enquadramento legal de fls. 103/105, 113/115, 123/125, 133/135, 143/145 e do termo de constatação fiscal de fls. 31 a 33, os lançamentos do IRPJ, do PIS, da CSLL, da COFINS, e da Contribuição do INSS se deve a apuração da omissão de receitas da atividade, em razão da existência de depósitos bancários não escriturados e de origem não comprovada, bem como da insuficiência de recolhimento dos respectivos tributos, no período de janeiro a dezembro de 2005. O lançamento da multa regulamentar, de acordo com a descrição dos fatos e enquadramento legal de fl. 149, decorre da falta de comunicação da exclusão da empresa do sistema Simplex.*

*Cientificada pessoalmente em 08/12/2009, a interessada apresentou em 06/01/2010, a petição de fls. 165 a 184, acompanhada dos documentos de fls. 185 a 334, na qual, alega, em síntese:*

*Preliminarmente, a nulidade da autuação, por ofensa ao princípio da legalidade, em razão da autoridade fiscal haver imputado a pessoa jurídica rendimentos recebidos por seu sócio majoritário, bem como por cerceamento ao direito de defesa decorrente da presunção legal de omissão de receitas.*

*No mérito, a impossibilidade de caracterização de depósitos bancários como receita por simples presunção, a impossibilidade e ilegalidade de imputação dos depósitos bancários efetuados em conta da pessoa física na titularidade da pessoa jurídica*

Documento assinado digitalmente conforme MP-09-2000-2 de 24/03/2001  
Autenticado digitalmente em 22/10/2014 por SERGIO LUIZ BEZERRA PRESTA, Assinado digitalmente em 23/10/2014 por JORGE CELSO FREIRE DA SILVA, Assinado digitalmente em 22/10/2014 por SERGIO LUIZ BEZERRA PRESTA

*presumido nos lançamentos de ofício incidentes sobre pessoas jurídicas optantes pelo Simples, e a incorreta atribuição da base de cálculo da contribuição social para a seguridade social, aplicada ao faturamento da empresa, quando o correto seria a incidência sobre a folha de pagamento dos funcionários.*

*Requer a declaração de nulidade da autuação, ou que seja reconhecido como improcedente o auto de infração, ou que seja aplicada ao lançamento a base de cálculo correspondente a diferença entre a totalidade dos depósitos glosados na conta da pessoa jurídica e aquele efetivamente declarado na declaração simplificada, tudo apurado, na forma do lucro presumido, ou ainda, que seja julgado improcedente o lançamento referente a contribuição para a seguridade social efetuado com base exclusivamente na receita bruta.*

*Uma vez identificada a falha de representação processual, pela ausência de cópia da documentação de identificação oficial da procuradora Carmem Luzia Ferreira com assinatura similar a que utilizou para subscrever o substabelecimento de fl. 186, foi intimada a contribuinte em 07/11/2012 (AR de fl. 351) a apresentar cópia autenticada de documento de identificação da procuradora supramencionada, exigência não cumprida pela interessada".*

A 5<sup>a</sup> Turma da DRJ/Rio de Janeiro 1-RJ na sessão de 21/12/2012, ao analisar a impugnação apresentada, proferiu o acórdão nº 12-51.630 entendendo “*por unanimidade de votos, NÃO CONHECER DA IMPUGNAÇÃO, TORNANDO DEFINITIVO NA ESFERA ADMINISTRATIVA O LANÇAMENTO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO*”, sob argumentos assim ementados:

*“ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA IRPJ*

*Ano-calendário: 2005*

*FALHA DE REPRESENTAÇÃO. IMPUGNAÇÃO NÃO CONHECIDA.*

*Não se conhece da impugnação assinada por pessoa que não possui poderes de representação da sociedade.*

*Impugnação Não Conhecida*

*Sem Crédito em Litígio”.*

Cientificado da decisão de primeira instância em 19/07/2013 (AR constante das fls. 372) e tendo vista do processo em 06/08/2013 (certidão constante das fls. 375), a TRIAN COMERCIO DE FERRO LTDA EPP - ME, qualificada nos autos em epígrafe, inconformada com a decisão contida no Acórdão nº 12-51.630, apresenta recurso voluntário em 18/08/2013, constante das fls 380 e segs, a este Conselho Administrativo de Recursos Fiscais objetivando a reforma do julgado em decorrência da decisão proferida pela 5<sup>a</sup> Turma da DRJ/Rio de Janeiro 1-RJ.

Na referência às folhas dos autos considerei a numeração do processo eletrônico (e-processo).

É o relatório do essencial.

Voto

Conselheiro SEGIO LUIZ BEZERRA PRESTA - Relator

Observando o que determina os arts. 5º e 33 ambos do Decreto nº. 70.235/1972 conheço a tempestividade do recurso voluntário apresentado, preenchendo os demais requisitos legais para sua admissibilidade, dele, portanto tomo conhecimento.

Observando os termos da decisão proferida pela 5<sup>a</sup> Turma da DRJ/Rio de Janeiro 01-RJ e consubstanciado através do Acórdão nº 12-51.630, vejo as seguintes razões de decidir:

*“A petição de fls. 165 a 184, assinada por João Ferreira da Costa, em nome da autuada, com base na procuração de fl. 185 e no substabelecimento de fl. 186, foi apresentada em 06/01/2010 e pretendia impugnar o lançamento de que trata o presente processo.*

Pela procuração de fl 185, firmada por meio de instrumento particular, foi conferido pela interessada, representada por seu sócio administrador, poderes gerais da cláusula ‘adjudicia et extra’ a Marselha de Luca Costa, Carmen Luzia Cozzi Ferreira e Maria Antônia Deolindo da Cruz, esta estagiária de Direito e as demais advogadas, estabelecidas à Av. Paris, 137, salas 203/204, Bonsucesso, Rio de Janeiro.

*Por meio do instrumento particular de fl. 186, Carmem Luiza Cozzi Ferreira subestabeleceu, com reservas, a João Ferreira da Costa, os poderes conferidos pela interessada na procuração anteriormente mencionada. É importante ressaltar que substabelecimento conta com reconhecimento por semelhança da firma do Severino do Ramo Trajano, representante legal da interessada, pessoa diversa da signatária do documento.*

*Ocorre que não consta dos autos a prova de que a assinatura da signatária do substabelecimento pertence a mesma, seja através de reconhecimento de sua firma, ou pela apresentação de qualquer documento oficial de identificação.*

*Uma vez identificada a falha de representação processual, pela ausência de cópia da documentação de identificação oficial da procuradora Carmem Luzia Ferreira com assinatura similar a que utilizou para subscrever o subestabelecimento de fl. 186, foi intimada a contribuinte em 07/11/2012 (AR de fl. 351) a apresentar cópia autenticada de documento de identificação da procuradora supramencionada. Todavia, a notificada não providenciou a apresentação de instrumento hábil a regularizar a sua representação (informação de fls. 352).*

*Aplicam-se subsidiariamente às disposições do Decreto nº 70.235, de 1972 a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, art. 24, e a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 Código de Processo Civil CPC.*

*O art. 13 do CPC dispõe que:*

*Art. 13. Verificando a incapacidade processual ou a irregularidade da representação das partes, o juiz, suspendendo o processo, marcará prazo razoável*

*Não sendo cumprido o despacho dentro do prazo, se a providência couber:*

*I – ao autor, o juiz decretará a nulidade do processo;*

*II – ao réu, reputar-se-á revel;*

*III – ao terceiro, será excluído do processo.*

*Assim, uma vez que a autuada não providenciou a apresentação de instrumento hábil a regularizar a sua representação, embora tenha sido regularmente intimada para tanto, considera-se que não houve impugnação contra o lançamento, não se instaurou a fase litigiosa do procedimento, não comportando julgamento de primeira instância, tornando definitivamente constituído o crédito tributário lançado.*

*Isto posto, voto pelo não conhecimento da impugnação, considerando definitivamente constituído, na esfera administrativa, o crédito tributário lançado”.*

Mesmo tendo a Recorrente sido notificada em 07/11/2012 (AR constante das fls. 351) a apresentar cópia autenticada de documento de identificação da sua procuradora, intimação que não foi atendida, conforme pode ser visto na certidão de fls. 352 dos autos;

Entendo que a decisão proferida pela 5ª Turma da DRJ/Rio de Janeiro 1-RJ, trouxe a tona o sentido da palavra “Revelia”, como define o Vocabulário jurídico de Plácido e Silva, “verbis”:

*“Revelia - De revel, entende-se, propriamente a rebeldia de alguém, que deixa, intencionalmente de comparecer ao curso de um processo, para que foi citado ou intimado.*

*É, assim, o estado do revel, em virtude do qual o processo prossegue o seu curso, mesmo sem a presença dele.*

*A revelia é, também chamada de contumácia, pois que, rebeldia que é, traz o sentido de desobediência deliberada ou intencional ao mandado do juiz.*

*No juízo civil, a revelia caracteriza-se, pela falta de defesa inicial do réu, regularmente citado.(...)*

*A revelia se extingue pelo comparecimento do réu ao juízo, para participar ou assistir o processo, donde quer que já esteja. Válido, porém, será tudo que se tenha feito à revelia do réu, isto é, sem a sua presença” (Vocabulário jurídico, Vol. IV, Gz, 11ª. Edição - Editora Forense).*

Ora, pela própria definição de revel, derivado do latim “rebellis” (rebelde), que designa a pessoa que se rebela ou que não obedece a uma notificação, o que se pode aplicar a Recorrente, que em momento algum apresentou, no seu recurso voluntário, argumentos com as razões do porque não cumpriu a notificação.

Porém, entendo que esse não cumprimento não tem o condão de declarar revel a Recorrente, isso porque, o processo administrativo fiscal – PAF, que é o conjunto de atos administrativos, tem por objetivo maior apurar a obrigação tributária ou descumprimento desta, tendentes a dirimir controvérsias entre o fisco e o contribuinte. Ou seja, o processo

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001  
Administrativo é o meio utilizado pela Administração Pública para rever seus próprios atos. O Autenticado digitalmente em 22/10/2014 por SERGIO LUIZ BEZERRA PRESTA, Assinado digitalmente em 23/10/2014 por JORGE CELSO FREIRE DA SILVA, Assinado digitalmente em 22/10/2014 por SERGIO LUIZ BEZERRA PRESTA

Impresso em 31/10/2014 por RECEITA FEDERAL - PARA USO DO SISTEMA

PAF tem a finalidade maior de verificar a legalidade da cobrança tributária que foi realizada pelos entes tributantes e evitar distorções.

Na verdade, o PAF é amparado pelos princípios constitucionais; ou seja, o contribuinte pode ter a certeza de que a atuação da administração será regida pelo contraditório e ampla defesa, objetivando a segurança jurídica, através de uma investigação minuciosa para ter um julgamento, justo e imparcial, visando à legalidade ou não da exigência tributária atribuída ao contribuinte.

E, como a informalidade, princípio determina o desapego às formalidades excessivas e complexos ritos processuais, é um dos pilares do PAF; e o processo administrativo deve ser simples e informal, com requisitos mínimos indispensáveis à regular constituição e segurança jurídica dos atos que compõem o processo, não consigo der tão rigoroso a ponto de dizer que a não apresentação da cópia autenticada do documento de identificação da procuradora da Recorrente ensejaria a decretação da revelia;

Até porque, entendo que ficou comprovado o ânimo de impugnar da Recorrente e nunca a sua rebeldia contra a imputação tributária; não consigo vislumbrar no caso presente nem o elemento subjetivo da voluntariedade, nem tampouco o elemento objetivo do não comparecimento, estes sim que caracterizam a revelia, no sentido restrito. Por isso, não entendo ser possível imputar essas sanção à Recorrente.

Na verdade houve um excesso de rigorismo, da 5ª Turma da DRJ/Rio de Janeiro1-RJ que imputou a revelia à Recorrente pela não apresentação da cópia autenticada do documento de identificação da sua procuradora da Recorrente; na verdade essa ação impediu que encontrasse a verdade material que é o objetivo do processo administrativo fiscal e pode ensejar uma alegação de cercamento de defesa da Recorrente.

Na verdade, entendo que a 5ª Turma da DRJ/Rio de Janeiro1-RJ optou por uma saída tecnocrata, prestigiando mais o formalismo do que a justiça, tudo em detrimento do direito, constitucional, da Requerente apresentar as suas provas, esquecendo-se que os critérios da informalidade e simplicidade orientam o processo administrativo fiscal.

Assim, diante do exposto, observando tudo que consta nos autos, voto no sentido de anular a decisão proferida pela 5ª Turma da DRJ/Rio de Janeiro1-RJ, para que a DRJ receba a impugnação e os documentos tempestivamente apresentados pela Recorrente e tenha suas razões de decidir baseada nas provas apresentadas.

Sérgio Luiz Bezerra Presta  
Relator  
*(assinado digitalmente)*

CÓPIA